ORIENTAÇÃO VOCACIONAL: UMA PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOLOGICO DOS ALUNOS DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM LUANDA

FAUSTINO MOMA TCHIPESSE[1]

RESUMO: O presente artigo tem como objectivo enfatizar a importância do orientador vocacional nas escolas do II Ciclo do Ensino Secundário e o seu papel relevante na elaboração de um plano curricular integrado que responda as reais espectativas dos jovens, sobretudo quando começam e terminam o Ensino Secundário. Nas secções, os profissionais devem ensinar aos alunos as fórmulas de resolução dos problemas sociais que poderão enfrentar na sociedade, todavia é fundamental que se construa um plano formativo integrado. Os alunos devem estar informados sobre as mudanças ocorridas nas formas de vida desde os finais do século XIX e princípios do século XX e o impacto da globalização e das tecnologias de informação e comunicação nos países da linha verde de subdesenvolvimento. Sendo assim, é mister fazer uma discussão sobre a educação do devir, uma vez que esta representa a condição indiscutível para o desenvolvimento que se quer sustentável, ela sugere implicar, antes de mais, um reconhecimento e valorização da matriz social dos alunos,- que é também seu sustentáculo na busca permanente de mecanismos e procedimentos apropriados para orienta-lo. O orientador Vocacional deve ter em conta as politicas públicas do Estado que indicam caminhos para educação hoje desejosamente mais desenvolvimentista que antes, na condição de agendas nacionais, agendas locais e internacionais praticamente vinculativos aos Estados subscritores (Declaração de Dakar, 2000; agenda da ONU,2030 e agenda Africana 2063, todas com interesse no campo da educação; objectivando de alguma maneira, as reformas educativas que podem ser pontuais, parciais ou globais). Estes influenciam positivamente sobremaneira a natureza do trabalho e das relações de emprego, trazendo novas exigências para os trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho e às gerações de jovens que se preparam para o ingresso na força produtiva. Levantamos algumas hipóteses de pesquisa que pudessem validar a relação existente, ou não, entre as sessões colectivas de orientação vocacional como do processo de incentivo das instituições no sentido de criarem gabinetes de orientação vocacional nas Escolas do II ciclo do Ensino secundário em Luanda. Como procedimento metodológico fez-se a revisão da literatura baseada em vários autores: Kloeckner (1985); Carlton & Beck (1940); Carvalho (1979); Conceição (2010); Rosa (2004); Piletti (2004) Libânio (2008); Lima (2007) entre outros estudiosos que nos levaram a reflectir profundamente sobre as competências do orientador vocacional, sua dimensão técnica, política e social. A dimensão técnica é a do saber e a do saber fazer, isto é, do domínio dos conteúdos que o sujeito necessita para desempenhar seu papel. A dimensão política vai ao encontro daquilo que é desejável, que está estabelecido valorativamente com relação à sua actuação.

Palavras-Chave: Escola. Currículo. Orientador. Aluno. Prática social.

[1] -Mestrando em Gestão da educação pela Universidade de Desarrollo Sustentable-UDS. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Católica de Angola (UCAN)- Instituto Superior Dom Bosco (ISDB). Especialista em Administração, Gestão de Qualidade Pedagógica (AGQP), Graduado em elaboração de Projectos de Investigação e Desenvolvimento (CEPID).Técnico Médio em Instrução Primaria pelo Magistério Primário de Luanda. Professor e investigador. **Email: momatchipesse2018@gmail.com**

1. PROBLEMA DE APRESENTAÇÃO

Reflectir sobre a questão da orientação vocacional nas escolas do II ciclo do ensino secundário em Luanda não é uma tarefa tão fácil, pois social e culturalmente vivemos uma realidade que nega do ponto vista funcional a existência deste profissional nas escolas, e muitas vezes isso tem propagado alguns conflitos psicologicos na tomada de decisão dos alunos, quando o assunto é escolher um curso médio ou superior que se adequa as suas reais competências técnicas tendo em conta o nível de conhecimento (saber ser, fazer e estar). O tema gera sentimentos de angústia e impotência, tanto pela equipe gestora da educação em Luanda, assim como dos profissionais da educação que lidam especificamente com essa situação deselegante. O contexto social, político e administrativo das escolas, propõe medidas urgentes de actuação de um orientador vocacional, a inexistência destes profissionais tem levado os professores, adaptar-se a função de orientadores e com isso têm direccionado os alunos de forma assistemática na escolha dos cursos a frequentar.

A falta de formação especifica de orientação educacional/vocacional, te criado sentimentos de frustração e muitas das vezes acaba por colocar em dúvida convicções sobre a acção dos adultos envolvidos na questão. Entender e enfrentar esta conceitualização parece ser tarefa da escola e analisar este contexto é importante para desmistificar o carácter negativo do conflito vivido pelos alunos e da falta de um profissional nas escolas d e Luanda. Segundo Tigre (2002, p. 27):

> A escola não pode omitir-se de seu papel e ficar alienada do processo de transformação que pode efectivar. [...] Enquanto instituição inserida na sociedade, a escola também pode contribuir para que ocorram modificações nela, através das pequenas acções que se iniciam na sala de aula.

Precisamos admitir que há entre os actores escolares capacidades que auxiliam na orientação profissional dos alunos em função das competências que estes demostram durante o processo de transmissão dos conhecimentos. Penso que a aproximação do olhar teórico da dialéctica pode proporcionar o desenvolvimento de competências para a prática dessa mediação (saber ser e saber fazer). Para isso, procuramos trazer para este trabalho estudos teóricos sobre a categoria da Orientação vocacional nas escolas do II ciclo do ensino secundário em Luanda, sob a perspectiva da dialéctica e suas potencialidades para um trabalho efectivo da prática do orientador educacional na escola.

É propósito desta pesquisa de investigação enfatizar a necessidade da existência nas escolas do II ciclo do Ensino Secundário Orientadores Educacionais não apenas em carácter preventivo e desenvolvimentista, mas de forma integrada, dinâmica e operacional através das sessões colectivas de orientação, como actividades curriculares.

Estas sessões sob os mais diversos enfoqueis se bem planificadas e trabalhadas, transformam-se em recursos operativos dos mais proveitosos param a Escola. O papel da Orientação Educacional em todo contexto escolar a cada dia que passa se torna mais e mais relevante. Isto se deve ao fato de existir certa intranquilidade provocada pelo rápido desenvolvimento da tecnologia, pelos problemas oriundos das transformações das estruturas socioecónomicas.

A Escola, não poderia ficar alheia a tais transformações sob pena de se tornar alienada, ou seja, ficar dissociada da realidade. Para se tornar coerente, a Escola necessita mudar e ampliar as funções que tradicionalmente exercia. É necessário a redefinição de seu próprio papel dentro do processo socioeconómico em evolução para que só assim a tinja seus objectivos reais e prioritários.

Por outro lado, o ensino-aprendizagem precisa estar voltado não só para a realidade existente mas, acima de tudo ser coerente com o desenvolvimento global do educando. Quanto às actividades

curriculares necessitam despertar no educando seu espírito crítico e sua participação criativa além de outras variáveis. Somente assim, a educação passa a ser um processo semelhante ao da própria vida, na medida em que provê meios para a autonomia e desenvolvimento pessoal dos indivíduos com a mesma identidade de objectivos, Educação e orientação podem caminhar juntas.

A necessidade desta ultima esta presente em todos os momentos da vida, na escola formal ou fora dela o que explica sua viabilidade em qualquer tempo, em qualquer lugar com quaisquer pessoas. Todas as vezes que o indivíduo se defronta com uma tomada de decisão a Orientação torna-se praticamente indispensável na medida em que possibilita o crescimento e a autodeterminação de cada um. O reconhecimento desta premissa é visto nos esforços para oferecer orientação aos mais idosos, aos adolescentes e mesmo no desenvolvimento de todos os tipos de assistência prestada aos portadores de deficiência em qualquer idade, no processo de aprendizagem ou de descoberta de si mesmo.

É um trabalho que decididamente busca o desenvolvimento do educando de uma forma mais abrangente possível. É um apoio ao jovem de forma a possibilitar melhor integração: na escola, na família e na sociedade.

Contudo, para que a imagem da Orientação Educacional seja verdadeira e valorizada é necessário sua integração ao currículo não limitado ao conteúdo programático, porem em âmbito maior. E, quanto à acção do Orientador Educacional será sobretudo em processo cooperativo, isto é, sempre associada aos demais elementos da escola. As actividades necessitam ser planificadas de forma que cada um desses elementos possa assumir sua responsabilidade e oferecer plena e maciça colaboração. Uma planificação dessa ordem é uma condição *sinequanon* para a realização de um trabalho integrador na comunidade escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.2 Perspectiva Histórica

A orientação escolar está ligada à formação das sociedades, quando os homens passaram a preocupar-se não só com a própria sobrevivência, mas também com a de seu semelhante. Dessa forma, desenvolveram grupos destinados a orientar quem necessitava de ajuda. A orientação Vocacional surgiu nos Estados Unidos, na primeira década do século XX, por meio da orientação profissional. Foi incluída nas escolas pelo educador Frank Parsons, com o objectivo de orientar os alunos para a escolha profissional. Seu método de orientação vocacional baseava-se em três acções:

a) - Conhecer o aluno;
b) - Conhecer o mundo do trabalho;
c) - Ajustar o indivíduo ao emprego.

Portanto, ao orientador conhecer as habilidades e as dificuldades do aluno, suas experiências e limitações. Com a instituição dos princípios da educação, como vocação e formação do carácter, a orientação educacional difundiu-se nos Estados Unidos. Foi necessário, então, criar um órgão especializado em orientar os alunos. Para isso, os responsáveis pela orientação dos alunos deveriam ter alguma formação. Dessa forma, as universidades incluíram em seus programas seções para formar orientadores.

Nas instituições escolares, o orientador educacional é quem direcciona o processo educacional, juntamente com professores, coordenação e profissionais da gestão. Essa equipe busca a formação integral e o desenvolvimento pleno do aluno por meio do trabalho com toda a comunidade. A actividade exercida pelo orientador Vocacional passou por diversas transformações, adaptando-se às novas realidades sociais. Antes, era voltada à orientação profissional; agora, é direccionada ao colectivo, ao desenvolvimento social, político, emocional e moral do aluno.

A Orientação sempre existiu. Não a Orientação de carácter científico, sistemático mas, na forma empírica. Esteve presente nos conselhos dos mais velhos, na advertência religiosa dos feiticeiros das tribos, dos oráculos gregos, rabinos, sacerdotes, nas várias sociedades do passado.

Sentindo a agressividade do meio ambiente, em busca da sua sobrevivência do homem primitivo busca ajudar-se mutuamente. É uma orientação voltada para o auxílio recíproco. Na Grécia, Platão lembra a necessidade do homem ocupariam lugar adequado na sociedade através de um sistema de educação, onde a selecção desta seria feita considerando-se o nível intelectual de cada um.

Este seria o parâmetro para caracterizar a posição e desempenho de papéis na sociedade. Caberia ao professor fazer o aconselhamento desses indivíduos. Ele seria o encarregado do exercício dessa função orientadora. Tudo deveria girar em torno do desempenho escolar, verdadeiro suporte para a classificação social segundo a qual os indivíduos mais brilhantes seriam os destinados aos futuros postos de direcção na sociedade.

Nesta mesma linha de pensamento surge a figura de Carlos Magno admitindo a existência de seres mais capazes intelectualmente e destinados a exercer funções de liderança na sociedade.

Para actuar nesta forma de orientação académica e vocacional os mais indicados seriam os párocos. Selecção dos jovens conforme suas capacidades. A eles caberia a selecção dos jovens conforme suas capacidades. Já no final do século XIX a Educação sofre influência de grande número de eventos tornando-se bem mais complexa. A industrialização, a demanda de mão-de-obra especializada passa a agir sobre o indivíduo com maior pressão.

A percepção desta realidade implica no reconhecimento da importância da necessidade do trabalho de Orientação Educacional. O indivíduo passa a ser visto em sua totalidade, de forma global. Conhecer e reconhecer tal verdade dá uma conotação ainda maior ao significado da educação, ou seja, torna-a mais ajustada às necessidades do indivíduo e em decorrência mais eficiente.

A maior preocupação era com a análise de profissões e em diagnosticar as aptidões individuais. Estas ideias consideram ou foram reflexos do movimento de medidas mentais, com os trabalhos de Binet, na França. Outro facto interessante a ser ressaltado era o de que Parsons, nos seus trabalhos buscava suplementar a acção escolar carregada de um formalismo didáctico excessivo dando aos adolescentes oportunidades e expressão individual e de serem aproveitados na medida de suas capacidades.

O estabelecimento da orientação formal nos Estados Unidos se deve entre outros fatores ao:

- Advento da 1. Grande Guerra;
- Crise económica de 1930;
- Industrialização e diversificação de ocupações;
- Imigração de variada procedência;
- Guerra civil;
- Depressão e crise;
- Movimento de saúde mental.

A orientação educacional em angola iniciou-se como vertente de orientação profissional, em 2001 (LBSE n.13/01; lei n.º17/16 de 7 de outubro e a Lei n.º32/20). O primeiro passo foi dado por meio do Serviço de Orientação Profissional e Educacional. No ano de 2007, foi criado os gabinetes de Orientação Profissional em algumas escolas de Luanda, e mais tarde iria difundir pelo país todo a orientação profissional voltada ao desenvolvimento do aluno para o mercado de trabalho.

A LBSEE n.º32/20, instituiu a orientação educacional nas escolas do II ciclo do ensino secundário. Porém o MED, não estabeleceu regras para a formação do orientador educacional. Na presente Lei, a orientação educacional ganhou um novo viés, visando promover uma orientação voltada ao colectivo, preocupando-se não só com a formação profissional, mas também com a formação política e social dos alunos.

A partir de 2012, a orientação educacional não apresentou novas conquistas em relação à legislação. A LBSEE, apenas menciona a questão da formação do orientador educacional em nível de pós-graduação, não havendo nenhuma outra transformação acerca da orientação educacional.

2.1 Orientação Vocacional

Observa-se, entretanto, que a partir do momento em que foi considerada como um campo formal de actividade, “as tendências de literatura de orientação de cunho filosófico pode ser classificada em dez categorias”(KLOECKNER (1985,p.42)

- Conseguir aceitação como um campo de actividade profissional ;
- Delimitar seu âmbito de acção;
- Desenvolver escolas de pensamento;
- Tentar reconciliar as escolas de pensamento buscando nelas elementos comuns;
- Tentar formular códigos de ética em uma preocupação com questões de relacionamento do homem com seus semelhantes;
- Considerar a natureza do homem e suas implicações para a orientação;
- Aceitar a fenomenologia e/ou teoria de campo como modelo físico para orientação;
- Comparar o posicionamento dos principais autores em orientação com as escolas de filosofia geral e filosofia da educação existentes;
- Examinar os principais problemas ou dilemas em orientação â luz das escolas ou posições existentes;
- Compreender a necessidade de ordenar os aspectos filosóficos da orientação, para que essa seja capaz de enfrentar os novos desafios em que se encontra envolvida.

Para Carlton E. Beck , orientação pode ser dividida em cinco períodos de desenvolvimento:

1. *Etapa amorfa:* Sentindo a necessidade de trabalhar juntos para o bem-estar comum os homens perceberam que pedir e dar conselhos os beneficiava. Este estado de orientação durou até o fim do século XIX. O conselho era dado a alguém em dificuldade. O pressuposto básico era de que o homem nem sempre poderia ver claramente seus próprios problemas. Boa parte da orientação ou de conselho vinha de fontes religiosas: os feiticeiros das tribos, oráculos gregos, rabinos, sacerdotes, ministros e outros. Até o advento da mecanização e dos problemas urbanos, os religiosos eram considerados os mais adequados para resolver os problemas dos indivíduos.
2. *Etapa prescritiva* — teve início com Freud. Suas teorias e as práticas surgiram e se construíram a partir das semi verdades do passado. Por exemplo, o processo chamado trepanação (liberação cirúrgica de demónios do interior da cabeça) e o conceito de catarse de Freud que visava liberar o sujeito de pressões, fazendo sair verbalmente as dificuldades.

Outro fato a ser considerado é o ambiente sociocultural desta época (Carlton 1940): uma guerra mundial, a grande depressão económica. Muitas pessoas procurando auxílio para enfrentar os problemas pessoais, assim como problemas intergrupais e interculturais. Esta busca de ajuda ia desde a escolha e ajustamento vocacional até as dificuldades conjugais e mesmo outras situações, das mais diversas.

Desta forma parece que o método ouvir-prescrever era o utilizado sem ser o mais efectivo. O fim último da orientação era ajudar as pessoas a viverem plenamente e em decorrência serem mais produtivas. Nos últimos anos da etapa prescritiva vê-se uma Orientação voltada para a pesquisa. E na literatura actual percebe-se um indivíduo orientado no sentido de tomar suas próprias decisões.

3. *Etapa não-directiva*-é a escola centrada no cliente. Com ela vemos significativas mudanças no pensamento dos orientadores. Esta nova ênfase se constitui em poderosa força de evolução da prática da orientação.
4. *Etapa fenomenológica*- no século XX vima concepção fenomenológica passa a servir como fonte de referência â Orientação Educacional. Isto não significa que todos os teóricos da Orientação Educacional se filiem à fenomenologia. Os que se filiaram escolheram o modelo apresentado por Snygg e Combs, ou seja, a escolha não ocorre. Ê uma palavra sem sentido pois o comportamento ê determinado e sendo assim o homem

não pode fazer outra coisa. O livre arbítrio i um engodo, uma ilusão. Todo comportamento está sujeito a leis.

5. *Etapa da Deseinanalyse:* Este foi o movimento europeu dentro da terapia.

Outrossim, a *Daseinanalyse* ê uma maneira de considerar a condição humana que é reconhecível por todo orientador ao nível dos sentimentos. Procura sentir com o cliente. É chamada às vezes de análise existencial, supõe algo mais que a empatia.
Excede os limites de tentar simplesmente compreender o outro: como posso experimentar com ele o que está acontecendo, de maneira que eu possa compreender seus significados, seus valores e suas escolhas.

O tempo e as características do sistema socializante são as variáveis que determinam a linha filosófica da Orientação. Na Orientação moderna há uma tentativa do homem para descobrir as verdades sobre si mesmo, acerca do seu mundo e de seus valores. Na perspectiva de Kloeckner (1985), quando falamos de orientado vocacional:

- Refere-se ao processo de direccionamento do aluno, visando ao seu pleno desenvolvimento como estudante e como cidadão.
- Orientação vocacional refere-se à assistência dada ao educando a fim de oportunizar seu pleno desenvolvimento, mediando a relação entre o ambiente escolar, a família e a comunidade.

A orientação escolar prevê acções planificadas que integrem alunos, professores, direcção, currículo escolar e comunidade a fim de promover, de forma humanizada, o desenvolvimento físico, pessoal, intelectual e moral do discente.

- **Objectivos**
    a) Garantir o desenvolvimento pleno do aluno por meio de actividades contextualizadas que o integrem a tudo aquilo que exerce influência sobre sua formação;
    b) Promover a mediação entre aluno, família, escola e comunidade, atendendo às necessidades educacionais e emocionais do educando;
    c) Ajudar o aluno a construir uma visão, na qual ele se descubra, desenvolva e saiba seu lugar no mundo por meio da afectividade e da relação com os demais;
    d) Orientar o aluno com base nos objectivos actuais de educação, visando à sua formação consciente;
    e) Adaptar o aluno ao meio em que está inserido.

Os objectivos da Orientação vocacional estão relacionados com o desenvolvimento do aluno não só no processo de ensino, mas também como cidadão.

2.3 Papel do orientador vocacional

Hoje a Orientação Vocacional tem o papel da mediação na escola, isto é, ela se reveste de mais um campo na escola para analisar, discutir, reflectir com e para todos que atuam na escola- em especial os alunos, não com um tom preventivo, correctivo, mas com um olhar pedagógico. (...) A Orientação faz um trabalho de interdisciplinaridade entre fatos/situações, acções/razões e emoções que levem o indivíduo a agir de determinada maneira, ou mesmo a própria Instituição a agir de determinada forma (GRINSPUN, 2003, p. 76). O trabalho do orientador educacional, são atribuições desse profissional:

- Planificar e coordenar o funcionamento do serviço de orientação educacional em nível de escola e comunidade, dos órgãos do serviço público federal, estadual e autárquico;
- Participar da elaboração do currículo pleno da escolar;
- Coordenar a orientação vocacional, a informação educacional e profissional, o

processo de sondagem de interesses e aptidões e as habilidades do educando;

- Participar do processo de identificação das características básicas da comunidade e da clientela escolar;
- Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando;
- Participar do processo de recuperação e avaliação dos alunos;
- Fazer o acompanhamento dos alunos e encaminhá-los para especialistas;
- Participar do processo de integração entre escola, família e comunidade.

O orientador educacional é o agente transformador e mediador do processo de ensino-aprendizagem.

É papel do orientador fortalecer a relação entre a realidade escolar e a realidade da comunidade, visto que é de extrema importância que os alunos tenham consciência do meio em que vivem e do seu papel nele. Além disso, o que acontece no âmbito familiar reflecte no contexto escolar, influenciando todo o processo de ensino-aprendizagem.

A actual realidade tem demandado cada vez mais a presença de orientadores educacionais nas escolas. Mediar conflitos, trabalhar com a indisciplina, auxiliar os professores a lidarem com as limitações dos alunos são necessidades que têm atraído esses profissionais para o âmbito escolar.

Nessa perspectiva, o orientador desenvolve métodos que auxiliam a relação entre o corpo docente, o corpo discente e a comunidade, contextualizando as experiências a fim de atender às necessidades do aluno e de todos os envolvidos.

O comprometimento com a construção do indivíduo para o exercício da cidadania é a premissa máxima do trabalho do orientador educacional. Assim, além do compromisso com o conteúdo escolar e com o ensino-aprendizagem, é preciso estar comprometido com a individualidade de cada aluno, oferecendo uma educação que se preocupe com a formação intelectual, crítica, sócio afectiva e moral desse cidadão.

Todo orientador educacional é um educador assim como todo professor. Por sua vez a função da educação é a mesma da orientação tomada em sentido amplo, ou seja, possibilita a tomada de consciência das potencialidades do indivíduo para que ele escolha e assuma a direcção de seu próprio destino [...] orienta-se o indivíduo para que ele mesmo tenha condições de escolher seu futuro ou se conduz o indivíduo a um rumo já determinado O papel da orientação educacional só tem sentido de existência quando se preocupa com a realização do ser individual mais do que com a realização do ser social, visto que este decorre do outro e não ao contrário (CARVALHO, 1979, p.35).

2.4 Orientador vocacional como mediador da escola

O educando tem inúmeras possibilidades de se desenvolver, contudo o orientador educacional da instituição, juntamente com o educador, podem ajudá-lo a discernir por algo que possa engrandecê-lo a partir de normas já determinadas. Somente escolhe-se entre opções que se conhece, dessa forma, saber e liberdade estão unificados (CARVALHO, 1979 *apud* LONGO & PEREIRA, 2011, p.190).

Por sua vez, o ser ao qual se educa toma, por meio do conhecimento, consciência do mundo que o rodeia e do mundo cultural que gerações anteriormente construíram. Mas para que a escolha aconteça, é necessário o conhecimento; conhecimento este adquirido pela instrução, esta advinda por meio da educação, a qual propicia ao indivíduo compartilhar da totalidade das coisas.

Para Conceição (2010), a função do orientador na escola, seu trabalho colectivamente, tem contribuído significativamente para o ensino. Desta forma as escolas do II ciclo do ensino Secundário devem encarar o orientador educacional "como agente de informação qualificada para a acção nas relações interpessoais dentro da escola, adoptando a prática da reflexão permanente com professores, alunos e pais, afim de que eles encontrem estratégias para o manejo de problemas recorrentes".[...] No panorama de enfrentamento, quando ele está presente, há que

perguntar qual é o modelo de orientação educacional que a escola quer, pois, sem essa informação, poderemos estar diante da evidência de um equívoco permanente e de mais um problema num campo que, por excelência é o da resolução de problemas (CONCEIÇÃO, 2010, p. 49).

Esse profissional não deve assumir posturas isoladas, pois a excelência de seu papel é a mediação qualificada, se há disputa entre o orientador e os demais envolvidos, isso é tão visível quanto tangível. Sua formação deveria ser precisa, mas na prática atuam nessa função vários tipos de profissionais.

Além do aspecto da formação, também enfrentamos a variação de modelos. A presença do orientador educacional na escola (mesmo que isso seja obrigatório por lei) significa, portanto que houve a escolha de determinado tipo de actuação e, por consequência, de um modelo. De acordo com Almeida citado por Longo & Pereira:

> O orientador era tido como responsável por encaminhar os estudantes considerados problema a psicólogos. Aos poucos, perdeu este rótulo antigo e pejorativo e actualmente trabalha para intermediar os conflitos escolares e ajudar os professores a lidar com alunos com dificuldade de aprendizagem. Para que esta função tenha sucesso, o orientador precisa construir uma relação de confiança que permita administrar os diferentes pontos de vista, ter a habilidade de negociar e prever acções (ALMEIDA, 2009 *apud* LONGO & PEREIRA, 2011, *Op.Cit.).*

2.5 Orientação permanente dos estudos

Actualmente seguimos a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino-LBSEE n.º 32/20 & LBSEE n.º 17/16 de7 de Outubro, a qual não faz referência específica quanto à actividade do Orientador Vocacional e também não apresenta funções específicas sobre sua actuação nas escolas secundarias. Esta lei menciona apenas a existência de psicopedagogos nas escolas e não lhe impõe atribuições especificas.

Grinspun (2003, p.11), disse que:

> A Orientação Vocacional, percorreu um longo caminho comprometido com a educação e com as políticas vigentes. Todo o processo da Orientação manteve sempre estreita relação com as tendências pedagógicas, sendo seu trabalho desenvolvido a partir do que dela se esperava nas diversas concepções. A análise desta relação engloba diferentes aspectos e significados da prática da Orientação e de suas dimensões no cenário educacional, configurado pelos princípios em propósitos daquelas concepções.

O autor alerta que a Orientação Educacional no passado esteve circundada por pressupostos psicológicos, "na medida em que houve mudança no enfoque da Orientação, com ênfase nos aspectos sociológicos, os objectivos deixaram de ser claros e precisos" (GRINSPUN, 2003, p. 12). De acordo o teórico saiu-se de uma dimensão terapêutica para uma concepção sociológica. Porém, os orientadores vocacionais devem compreender estas mudanças científicas, para isso é preciso reiterar o facto de que a identidade do orientador passou a ser questionada pela falta de clareza quanto ao seu papel na escola. Na década de 70, "chegou-se a dizer que os especialistas de educação estavam interferindo com as suas actividades, o próprio trabalho do professor, isto é, eles é que tinham «o poder» dentro da escola"(GRINSPUN, 2003, p. 14).

A Orientação Vocacional era caracterizada, sempre, como um processo, uma acção, um método, um trabalho cujos objectivos directos eram apresentados como: o aluno e a sua personalidade, o aluno e seus problemas, o aluno e suas opções conscientes; e cujos objectivos indirectos diziam respeito ao desenvolvimento das potencialidades, à auto-realização nas esferas familiar, pessoal, escolar e social, à resolução dos problemas e ajustamentos dos alunos (GRINSPUN, 2003, p. 15).

Segundo a autora, este período poderia se chamar de «fase romântica» da Orientação Vocacional. Nela, se considerava que a Orientação Vocacional poderia resolver a complexidade dos problemas dos alunos. Para resolver os problemas e ajustar os alunos, "palavra-chave era modelo de aluno, de filho, de irmão, de colega". (GRINSPUN, 2003, p. 16). Já esta época foi considerada a fase terapêutica.

Outrossim, depois da fase terapêutica, surge na década de 60, a Orientação em sua "fase objectiva", cuja finalidade era estar atenta às situações emergenciais. Na óptica de Grinspun (2003, p. 16), aqui o conceito chave é a «prevenção». O objectivo da Orientação nesta fase foi prevenir para que não houvesse conflitos e problemas com os alunos. Como se isto fosse possível e a Orientação tivesse uma varinha mágica que resolveria todas as situações conflituosas com apenas um toque. Hoje ainda, muitas pessoas têm esta concepção de que o aluno que é encaminhado para a Orientação, quando sai da sala do orientador educacional, estará modificado como num passe de mágica.

Nesta época não havia olimpíadas o saber nas escolas. A participação dos alunos em grandes movimentos como teatros, festivais, campanhas, festas, elaboração de jornais etc., era tida como ameaça dentro das escolas" (GRINSPUN, 2003, p. 18). Houve período da história que as escolas tinham que manter a ordem. A participação mais activa dos alunos não era percebida como bem-vinda pela comunidade escolar. A concepção tradicional era a base do ensino, o aluno deveria ser passivo e o professor um mero transmissor de conhecimento. Em Angola estamos afalar especificamente no período da trajectória histórica do desenho curricular que apontava a dimensão cognitiva, ou seja, os currículos eram inicialmente concebidos na base da letra «C» do conhecimento. Este período foi denominado por pré-tyleriano Guba & Licoln (1930); Fernandes (2008) *apud* ENE (2018, p.26).

A LBSEE n.º32/20 de 12 de Agosto defende que educação é um direito inalienável consagrado na constituição da república de Angola de 2010. O I e II ciclo do ensino ainda não se volta para a construção do conhecimento, diferente do que ocorre na universidade, onde esta tem como característica principal a permanente reflexão sobre o conhecimento produzido, sendo uma das formas de avançar na compreensão dos fenómenos.

Algumas bibliografias de autores como: Grinspum,2003; Longo & Pereira, 2011; Brás, 2019; Nkuansambu, 2018; Nzinga,202; Kudissadila, 2019;Almeida Carlos, s/d; Saviane, 1985; Kiassekoka,2017;INIDE,2020; Tchipesse, 2020; Afonso, Paxe & Brás, 2020 entre outros, relatam que o hábito de estudo dos alunos é inconstante, especialmente porque a estimulação social cresce de forma avassaladora. A falta de estudo permanente ocasiona o desespero e a corrida de preparação às vésperas das provas, e, em seguida, estabelecendo-se o fracasso dessa estratégia. Faz parte da escola "ensinar ao aluno estudar de acordo com as expectativas do segmento" (LONGO & PEREIRA, 2011, p.191).Sendo assim é desejável também que as escolas do II ciclo do Ensino Secundário, criem espaços de estudos monitorados, paralelos e simultâneos ao momento pedagógico exercido em classe e nas diferentes disciplinas.

No meio de tantos inquietos vivenciados pelas escolas de Luanda e não só, faz-se necessário aprimorar a reflexão e o debate colectivo dos jovens em torno de questões práticas, as quais podem ser explicadas pela ciência, mobilizando assim, o aluno para problematizar o aprendizado escolar em função de sua aplicabilidade na vida quotidiana. Despertar o interesse para ampliar seu conhecimento passa pela afirmação de que seu repertório é aplicável, útil e desafiador para a busca de novas respostas (CONCEIÇÃO, 2010).

2.6 Formação continuada

Segundo Rosa (2004, p. 142), a formação continuada é sempre lembrada, mas pouco aplicada. Ela consiste na formação contínua para professores e funcionários, sendo, portanto, uma responsabilidade de todos, porém a coordenação, face à actividade fim principal da instituição pedagógica, é a responsável por tornar essa condição realidade na instituição.

O aperfeiçoamento constante tanto dos professores, quanto da direcção, do orientador vocacional e supervisor, os quais não deixam de ser educadores, é de fundamental importância, conforme Piletti (2004, p.177) visto que novas ideias, novos métodos de ensino, novas experiências educacionais sempre surgem, com possibilidades de melhorar o trabalho educativo.

Em qualquer actividade humana, não deve haver a estagnação, o ponto de chegada: ou evoluímos constantemente, através de sucessivos pontos de partida, ou regredimos irremediavelmente. O autor acima menciona que o aperfeiçoamento e a actualização constantes são indispensáveis para qualquer ser humano e muito mais para os que se dedicam à educação das novas gerações.

Os membros da instituição educacional que, ao concluir sua formação, abandonam os livros, as discussões, os debates sobre seu trabalho tendem facilmente à frustração e ao fracasso. Em consequência, os educandos tornam-se vítimas dessa frustração e desse fracasso. Libâneo comenta a necessidade do professor estar em contínua formação a fim de tornar o ensino qualificado como descreve:

> O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (LIBANIO, 2008, p.227).

Segundo Lima (2007, p.101), a formação continuada é uma condição inerente à educação e precisa englobar alunos, funcionários, docentes, coordenadores (do curso, de disciplina, de turno) directores de turma, pais e encarregados de educação, subdirectores pedagógicos, directores, supervisores pedagógicos e a comunidade escolar. Ela depende do esforço de cada um. Sendo o educador o sujeito de sua prática, sua tarefa é formar-se a si próprio, através da reflexão a acção quotidianas. Na óptica de Longo & Pereira (2011, Id.),« a formação continuada não deve se restringir apenas à frequência em alguns cursos ou palestras para obter os últimos conhecimentos pedagógicos».

A formação continuada deve ser constituída da fundamentação teórica, da reflexão sobre a prática e da pesquisa. Um bom profissional da educação deve ser um protagonista activo no seu processo de formação, no qual a acção-reflexão-acção (ARA) tem predominância no princípio básico da formulação e da compreensão do contexto ensino-aprendizagem (LIMA, 2007. p.100).

Para ocorrer educação com qualidade (ROSA, 2004. p. 142), a coordenação deve estar atenta às novas necessidades da instituição, procurando meios de actualizar o corpo docente, de forma que os alunos e responsáveis por eles não sintam que a escola não acompanha as transformações.

A coordenação deve reflectir sempre sobre o currículo e práticas de ensino e aprendizagem, passando para o corpo docente as novas práticas e, em conjunto, estimulando o interesse dos discentes pelo seu trabalho e, também, dos docentes, obtendo-se assim, melhores resultados no desenvolvimento educacional. Libâneo (2008, p. 229) afirma em que locais devem acontecer o aprimoramento do professor, quando e quais órgãos são responsáveis. A formação continuada consiste de acções de formação dentro da jornada de trabalho:

a) Ajuda a professores iniciantes, participação no projecto pedagógico da escola, entrevistas e reuniões de orientação pedagógico-didáctica, grupos de estudo, seminários, reuniões de trabalho para discutir a prática com conselhos de classe, programas de educação a distância entre outros. E fora da jornada de trabalho: congressos, cursos, encontros, palestras, oficinas. Ela se faz por meio de estudo, da reflexão da discussão e da confrontação das experiências dos professores(LIBANIO, op. Cit.).

É responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria formação. Segundo Libâneo (2008, p.230), as práticas de formação inicial e continuada devem ter início desde o ingresso dos alunos no curso de licenciatura, integrando os conteúdos das disciplinas em situações da prática que coloquem dilemas e situações problemáticas aos futuros professores e lhes possibilitem experimentar soluções.

Tendo assim a prática ao longo do curso como referente directo para comparar as situações vivenciadas com os estudos que está fazendo e formar seus próprios conhecimentos e convicções. Conhecendo, portanto, o mais cedo possível os sujeitos e situações com que irá trabalhar. Tornando, dessa forma, a prática profissional instância permanente e sistemática na aprendizagem do futuro professor e referência para a organização curricular.

Portanto é de grande importância para o processo de ensino e aprendizagem o profissional da educação dispor, em sua carga horária, de tempo destinado aos estudos, Planificação e avaliação. Também para que possa trocar ideias com seus colegas a respeito das necessidades, expectativas e dificuldades das turmas com as quais trabalha.

Dessa forma, poderão melhorar a qualidade do trabalho escolar, colaborando uns com os outros, auxiliando os alunos a alcançarem o desenvolvimento. Entretanto, faz-se necessário que esse período esteja integrado num projecto pedagógico global da escola, havendo uma pauta de discussões, onde todos estejam informados, implantando as providências acertadas nessas ocasiões (PILETTI, 2004. p. 180).

Actualmente vivemos uma época de crise social, económica, política e educacional. A Orientação Vocacional encontra-se sob forte crítica quanto a sua função e sua prática na escola e, frente a isso, parece-me importante o orientador rever sua prática. Com o repensar da prática e o trabalho colectivo, é possível buscar novos caminhos.

Conforme Saviani (1985, p.205), “o orientador vocacional pode é redefinir suas funções no interior da área educacional. E enfatizar o essencial, preocupando-se, por exemplo, com o conteúdo, concentrando-se mais na difusão das informações, na qualidade dessas informações do que na questão técnica”. Desta forma é de carácter importante questionar constantemente apática deste profissional, a fim de percebermos a necessidade de uma integração entre os demais especialistas, gestores e professores na busca dos mesmos objectivos e também na busca de soluções para as questões mais preocupantes, nos parecem ser fundamentais nesta reflexão.

3 **CONCLUSÃO**

Ao finalizar, esperamos ter despertado no leitor/ouvinte ou espectador, uma sensação de frustração. Esperamos ter-lhe apresentado algo que aos olhares amiúde lhe pareça lógico e carregado de bom senso; mais ao mesmo tempo algo que muitos considerarão como longe da realidade. Essa realidade questionável, uma vez que esta longe do bom senso. Cabe-nos resumir o essencial numa palavra de finalização e de chamada a racionalidade:

- Para que as acções de planificadas sejam efectivas no processo de ensino aprendizagem dos alunos, é de extrema necessidade que a construção escolar seja organizada por todos os membros que dela fazem parte, criando um espaço de trabalho prazeroso, produtivo e com fortes vínculos afectivos. Somente com a construção de núcleos mobilizados, através da participação de professores, direcção, supervisores, orientadores educacionais, alunos e funcionários, ocorrerão a transformação e melhoria da educação, pois, quando conectados em rede, estes promoverão transformações significativas no contexto educacional.

- É imprescindível que os professores sejam actuantes e interactivos em toda instituição educacional, na actuação em sala de aula e fora dela, nos relacionamentos

com os alunos, no modo como são respondidos ou recebidos os estímulos, não afectando ou agredindo os valores inatos dos estudantes.

- Uma vez que se efective a presença de um orientador educacional nas escolas, deve trabalhar em parceria com o professor a fim de que este compreenda o comportamento dos alunos, haja de maneira adequada em relação a eles e, através de diálogo e orientações, desenvolvam um ensino prazeroso e de qualidade.

- Para que as aulas sejam produtivas, fascinantes e cativem os alunos é essencial o educador estar actualizado, porém ele não é um indivíduo sozinho no educandário, necessita da cooperação do orientador educacional e demais membros da instituição para exercer assim suas funções em um mundo real e em permanente transformação.

- Porém o professor não deve estar apenas actualizado, mas ser um participador dos acontecimentos, desenvolvendo a inter relação entre professor e aluno, ser produtor da interacção social entre aluno-aluno, comunicar-se frequentemente com o orientador vocacional a fim de compreender as reais situações vivenciadas por seus alunos e, juntos, desenvolverem o exercício constante que envolva assimilação de conhecimentos, desenvolvimento de hábitos e atitudes de convívio, bem como a cooperação e o respeito humano.

A Orientação Vocacional, deverá ser um processo educativo que coopere com o professor, estando sempre em contacto com ele, fazendo-o compreender o comportamento das classes e dos alunos em particular. Além de manter os professores informados quanto às atitudes do Orientador Educacional junto aos alunos, auxiliando o educador a tratar de assuntos atuais e de interesse dos educandos, integrando as diversas disciplinas, incentivando e participando com os docentes do contínuo aprimoramento do conhecimento e demonstrando-lhe que a educação não é maturação espontânea, mas intervenção directa ou indirecta que possibilita a conquista da disciplina intelectual e moral.

4 BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Daniela.(2009). **O mediador da escola.** NOVA ESCOLA**.** Brasil: Editora Abril. (Ministério da Educação FNDE).
2. ANGOLA- Ministério da Educação-MED**, Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino** LBSEE n.º13/01
3. ANGOLA- Ministério da Educação-MED, **Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino** LBSEE n.º17/16 de 07 de Outubro
4. ANGOLA- Ministério da Educação-MED, **Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino** –LBSEE n.º32/20 de 12 de Agosto.
5. CARVALHO, Maria de Lourdes Ramo da Silva. (1979). **A função do orientador educacional.** São Paulo: Cortez & Moraes.
6. CONCEIÇÃO, Lilian Feingold.(2010). **Coordenação Pedagógica:** princípios e acções em formação de professores e formação do estudante. Porto Alegre: Mediação.
7. GRINSPUN, Mirian P. S. Z. (Org.) (2003). **A prática dos orientadores educacionais.** São Paulo: Cortez.
8. KLOECKENER, E.A.F. (1985). **O pape da Orientação educacional no Currículo Escolar**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado)
9. LIBÂNEO, José Carlos.(2008). **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia, GO: MF livros.
10. LIMA, Márcia Regina Canhoto de.(2007). **Paulo Freire e a administração escolar:** A busca de um sentido. Brasília, DF: Liber Livro.
11. LONGO, M & PEREIRA, Z.C.(2011). **O papel do orientador vocacional na promoção do relacionamento interpessoal entre alunos e professores contribuindo no processo de**

ensino-aprendizagem. Brasil: Perspectiva Erichim.
12. NKUANSAMBU, Afonso.(2018). **Metodologia de investigação Científica: Critérios de Formatação e Apresentação de Trabalhos Científicos em formato NP/ APA**.2ªEd.Rubricart.Luanda
13. PILETTI, Nelson.(2004).**Estrutura e funcionamento do ensino fundamental.** São Paulo: Ática.
14. ROSA, Clóvis.(2004). **Gestão estratégica escolar.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
15. SAVIANI, Demerval.(1985). **Educação:** do Senso Comum à Consciência Filosófica. São Paulo: Cortez.
16. SOUSA, Rafael (2021). **Orientação educacional**. Brasil. Canal do educador.[Consult. 10 de April de 2021]. Disponível em: educador.brasilescola.au.com.br. Acessado em : 10 de fev. 2021.
17. TIGRE, Maria das G. do E. S.(2002). **Violência na escola:** representações dos sujeitos envolvidos. 2002. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR.

Como citar o artigo

1. TCHIPESSE,M.F.(2021).**Orientação vocacional: uma perspectiva no desenvolvimento psicológico dos alunos do II ciclo do ensino secundário**. Brasil: Revista Webartigos.[Consult.___/___/. 20___]. Disponível em:https:// www.webartigos.com.Acessado em 24.Maio de 2021.